

America do Norte, com os Franco-Espanhóes na esquadra de Gibraltar; aos 26 anos era capitão de navio; serviu com Collingwood e Gambier; foi eleito deputado á Camara dos Comuns.

Em 1817, foi contratado pelo govêrno do Chile, para comandar sua esquadra nas lutas da independencia contra o dominio espanhol.

Em 1820 partiu á testa da expedição que organizára para a libertação do Perú.

No Pacifico tais proezas fez, que os Espanhois chamavam-no *El Diablo*.

Em 1823, contratado pelo govêrno brasileiro, com o concurso do Exército Libertador e dos seus immediatos Greenfeld, Norton Jewett e Taylor, expulso as últimas tropas reaccionaristas portuguezas, concorrendo para consolidar a obra libertadora de dom Pedro I.

Teve os titulos de *conde de Dundonald*, conferido pela Inglaterra; e de *marquês do Maranhão*, pelo Brasil, em recompensa de seus feitos generosamente pagos e reconhecidos.

---

## PONTO 18º — LIÇÃO 51ª

### A ASSEMBLÉA CONSTITUINTE E A CARTA CONSTITUCIONAL DO IMPERIO

Convocada por dom Pedro nossa primeira “Assembléa Geral Brasileira Constituinte e Legislativa”, iniciaram-se, a 17 de Abril de 1823, as sessões preparatorias, sendo eleito presidente o bispo capelão-mór do Rio de Janeiro, dom José Caetano da Silva Coutinho.

A 3 de Maio dêsse ano, o imperador, ao pronunciar a fala do trono de abertura dessa assembléa, em que tomaram assento illustres brasileiros, declarou que o Brasil pretendia reger-se por uma Constituição “justa,

sábia, adequada, executavel, ditada pela razão e não pelo capricho”, e “com os tres poderes bem divididos.”

Para redigir o projecto da magna carta, elegueu-se uma comissão composta de sete membros: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Antonio Luis Pereira da Cunha, Pedro de Araujo Lima, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, Manuel Ferreira da Camara Bittencourt e Sá, Francisco Muniz Tavares e José Bonifacio de Andrada e Silva.

Prevaleceu, por base de discussão, o ante-projecto de Antonio Carlos; e, como subsidio, o de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Estava essa constituinte elaborando nosso primeiro codigo constitucional, sob a sensivel influencia dos Andradas, quando tiveram estes de deixar o governo, em virtude da attitude assumida por dom Pedro, inclinado em favor dos ultra liberais e adversarios politicos de José Bonifacio.

Passando-se á opposição, fundaram os Andradas jornais de combate e pelas colunas do *O Tamoio* e d'*A Sentinella*, romperam em violenta campanha contra o imperante, pelo fato de ter readmitido no Exército brasileiro os officiaes lusos, vencidos na Baía, além de outros atos que malferiam a dignidade nacional; e tambem contra o novo gabinete que se completou com a entrada de José Joaquim Carneiro de Campos e Manuel Jacintho Nogueira da Gama, futuros marqueses de Caravelas e de Baependi.

O caso denominado do *Brasileiro resolutio*, simples aggressão, por equivoco, a um boticario açoriano, David Pamplona, por parte de alguns officiaes portuguezes, exagerado pela politica adversaria ao trono e levado a debate na Constituinte, repercutiu ali tumultuariamente, acirrando os animos liberais em sessões agitadas, provocando a queda do gabinete.

Agravando-se ainda mais a situação, e vendo-se seriamente ameaçada em sua existencia, declarou-se a



Assembléa de 1823 em sessão permanente, em que atravessou a chamada *noite da agonia*, de 11 para 12 de Novembro, em sua séde, o edificio da Cadeia Velha, (hoje Palacio Tiradentes), cercada pela tropa do brigadeiro Moraes, que contra ela fizera assestar bocas de fogo.

Dissolvida, enfim, a Constituinte, foram presos os Andradas e seus companheiros, deputados Rocha e Montezuma, ao sairem da Camara, e deportados em seguida para a França, com uma pensão anual do govêrno.

Esse gesto de prepotencia imperial acarretou, como desfecho violento em represalia por parte das provincias ao norte do Brasil, a famosa revolução de 1824, historicamente chamada — *Confederação do Equador*.

No decreto de 12 de Novembro de 1823, de dissolução da Constituinte, o imperador prometeu illusoriamente convocar imediatamente outra, com o fim de examinar o projeto de Constituição, “duas vezes mais liberal que o da Assembléa Constituinte”, e que era de seu intento submeter á apreciação da nova Camara.

De fato, a 13 de Novembro de 1823, foi nomeada uma comissão, sob a presidencia de dom Pedro I e composta de dez nomes, retirados do seu conselho e secretarios de Estado: João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz; Luis José de Carvalho e Mello, visconde da Cachoeira; Clemente Ferreira França, marquês de Nazareth; Mariano José Pereira da Fonseca, marquês de Maricá; João Gomes da Silveira Mendonça, marquês de Sabará; Francisco Villela Barbosa, marquês de Paranaguá; José Egydio Alvares de Almeida, barão de Santo Amaro; Antonio Luis Pereira da Cunha, marquês de Inhambupe; Manoel Jacintho Nogueira da Gama, marquês de Baependi; e José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas.

Cabia-lhes, na fôrma das instruções expedidas, organizar a lei fundamental do Imperio sôbre as bases fornecidas pelo imperador.

Em Dezembro de 1823, estava concluido o trabalho, que era, na maior parte, calcado no plano apresentado anteriormente por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada á Constituinte dissolvida, com alguns subsidios e sugestões do de Martim Francisco e das constituições franceza e portugueza. (Armitage, pag. 75).

A todas as camaras municipais do país mandou dom Pedro enviar cópias dêsse projeto, com a recomendação de que, depois de ouvido o povo, communicassem ao govêrno seus propositos de adesão e reclamações a respeito do mesmo.

As camaras, em geral, manifestaram sua aprovação aos principios liberais, consagrados nessas bases constitucionais.

Algumas apenas dentre elas, reclamaram contra certos dispositivos do projeto, que, assim mesmo, foi, sem mais preambulos, convertido em lei.

A 25 de Março de 1824, data previamente marcada pelo imperador, realizou-se a solenidade do juramento e outorga da Carta Constitucional, o que deu motivo a festas officiais públicas no Rio de Janeiro e nas provincias.

Foi esse pacto politico, reputado por notaveis constitucionalistas patrios e estrangeiros, um dos mais perfeitos da época, que, por sessenta e cinco anos, regeu os destinos do Brasil até 1889, quando se proclamou a República.

Como primeiro estatuto constitucional brasileiro, sofreu apenas as modificações creadas pelo Ato Adicional, de 12 de Agosto de 1834 e da Lei de Interpretação, de 12 de Maio de 1840.

As camaras brasileiras, instituidas pela Constituição de 1824, reuniram-se pela primeira vez em 1826.



Em todo o reinado de dom Pedro I, a opposição, composta de liberais, partidarios do sistema parlamentar inglêz, de uns poucos federalistas e idealistas republicanos, formaram a maioria da Camara dos Deputados.

Em 1827, o imperador organizou, enfim, um ministerio parlamentar, com os deputados Araujo Lima, depois marquês de Olinda; Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois marquês de Abrantes; senadores Oyenhausen, marquês de Aracaty, e Bento Barroso Pereira.

Só o almirante Diogo Jorge de Brito não pertencia ao parlamento.

---

### QUADRO SINOTICO

A primeira Assembléa Geral Brasileira Constituinte, convocada por dom Pedro I, abriu as suas sessões preparatorias a 17 de Abril de 1823; e a 3 de Maio seguinte inaugurou-se, nela tendo assento os mais illustres brasileiros.

Tratava a Constituinte de elaborar a nossa Constituição, quando, por divergencia com dom Pedro, se retiraram os Andradas do ministerio.

Tendo estes movido, na imprensa e no parlamento, intensa opposição ao govêrno, foi a 12 de Novembro dissolvida essa assembléa, sendo deportados os Andradas, Montezuma e Rocha.

Dom Pedro I nomeou uma comissão de membros do seu conselho e ministros de Estado para redigirem o projeto de Constituição que foi solenemente outorgada e jurada a 25 de Março de 1824 e regeu os destinos do Brasil até ser proclamada a República em 1889.

---

## TRAÇOS BIOGRAFICOS

DOM JOSÉ CAETANO DA SILVA COUTINHO, 8º bispo do Rio de Janeiro (1767-1833).

Natural de Caldas da Rainha, Patriarchado de Lisboa. Nomeado arcebispo de Cranganor, na India (1804) e depois bispo do Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1805, confirmado por bula do papa Pio VII, de 26 de Agosto de 1806.

Chegou ao Rio de Janeiro a 26 de Abril de 1808, e tomou posse do bispado a 28 do mesmo mês, fazendo a sua entrada solene a 13 de Maio seguinte.

Foi o primeiro capelão-mór, inaugurou a capela real, presidiu as nupcias de dom Pedro I, sagrou-o primeiro imperador, batizou dom Pedro II e assistiu aos ultimos momentos da primeira imperatriz do Brasil, em 1826.

Faleceu a 27 de Janeiro de 1833, com 66 anos, no Palacio da Conceição, em cuja capela foi sepultado.

---

## PONTO 18º — LIÇÃO 52ª

### CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A dissolução da Assembléa Constituinte por ordem do govêrno imperial em 12 de Novembro de 1823, provocou a cisão dos liberais brasileiros, até então partidarios extremados de dom Pedro I.

Pernambuco dêra o sinal do levante, organizando uma junta governativa, a 13 de Dezembro seguinte.

Foi designado presidente da mesma, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, e repelida a autoridade